

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS DEMARCAÇÕES DAS TERRAS INDÍGENAS
NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

AS 9H15 DO DIA 13 DE MAIO DE 2019, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, FOI INICIADA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE TRATOU SOBRE AS DEMARCAÇÕES DAS TERRAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS.

O cerimonial iniciou com as boas vindas aos presentes e explicou o objetivo da Audiência Pública. Leu as regras da Audiência Pública.

Logo após foi composta a mesa que irá presidir os trabalhos, nas pessoas de:

Júlio Cezar da Silva – Prefeito do Município de Palmeira dos Índios

Márcio Henrique Carvalho Lima – Vice-Prefeito do Município

Agenor Leôncio – Presidente da Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios

Dr. Geneir Marques – Juiz de direito e representando o Corregedor do Tribunal de Justiça

Edval Gaia Filho – Ex-Deputado Estadual

Dr. Marcus Frederico Ribeiro – Presidente da 3ª Subseção da OAB de Palmeira dos Índios

Dr. Marcondes Oliveira – Procurador Geral do Município

Rodrigo Lins – Coordenador Regional da FUNAI

José Gilton Lima – Presidente do Sindilojas

Dr. Jomar Moraes – Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas

Dr. Sérgio Vieira – Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas

O Presidente da Câmara de Vereadores, Agenor Leôncio, declara aberto os trabalhos, cumprimenta todos os presentes e passa a palavra o Prefeito do Município de Palmeira dos Índios, Júlio Cezar da Silva.

Cumprimentando a todos os presentes, o **PREFEITO JÚLIO CEZAR** fala sobre o objetivo da audiência que trata sobre as demarcações de terras indígenas e os cancelamentos de matrículas de propriedades realizada pelo Cartório de registros de imóveis de Palmeira dos Índios, por ordem do CNJ e que a Prefeitura Municipal atua como mediador de possíveis conflitos e para esclarecer e acalmar a população. Encerrando sua fala inicial, o Prefeito passa a palavra para a Procuradoria do Município.

Representando a **PROCURADORIA DO MUNICÍPIO FAZ USO DA PALAVRA O PROCURADOR EVERALDO DAMIÃO**, que iniciou sua fala fazendo uma abordagem histórica sobre o início dos processos de demarcações das terras por índios que habitavam na região. Falando sobre os órgãos que administram/administravam as políticas indígenas, sobre a diferença entre o órgão que comprava as terras para as demarcações e a FUNAI que equivocadamente desapropria as terras e finaliza sua fala sobre o equívoco do CNJ ao demarcar estas terras indígenas, principalmente pela ausência de decreto do Presidente da República homologando o ato.

O Prefeito passa a palavra para o **COORDENADOR REGIONAL DA FUNAI, RODRIGO LINS**, que saudando a mesa e a todos os presentes, inicia sua fala tratando sobre o conhecimento do órgão sobre as animosidades com o problema das demarcações, traz ainda a questão da falta de homologação da demarcação. Outro dado trazido pelo representante da FUNAI sobre a falta de área ainda a ser regularizada e cuja determinação do CNJ para o Cartório foi para regularizar fundiariamente, estando ainda em fase de demarcação as áreas em Palmeira dos Índios, pois ainda restam realizar levantamentos para indenização, ou seja, ainda está em procedimento de demarcação e que resolução do CNJ não determinou o cancelamento de registros e portarias e finaliza afirmando que a área Xucuru-Kariri não está homologada.

O Prefeito passa a palavra para o **DR. RICARDO VITÓRIO, REPRESENTANTE JURÍDICO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, que cumprimentando a mesa e a todos e comungando das palavras do Procurador Everaldo Damiano diz que acompanha o processo desde o seu nascedouro e que houve uma manifestação dos proprietários das terras que estão sendo demarcadas que solicitaram um laudo antropológico e ressalta que a homologação das demarcações ainda não aconteceram e que não há certeza sobre a homologação das terras. Ressalta que houve uma falha na comunicação entre o cartório e a população e que acabou causando uma interpretação equivocada sobre o ato da Resolução. Finalizando sua fala, requerer do Prefeito que a Procuradoria do Município possa acompanhar *pari passu* o processo em Brasília e que em Palmeira dos Índios não há posseiros e sim proprietários e que o INCRA não irá dar terras a ninguém, pois o órgão não faz assentamento de pessoas que estavam em terras indígenas e as colocam em terras de reforma agrária, pois não se submetem as regras da reforma agrária.

O Prefeito passa a palavra para o **REPRESENTANDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DR. JOMAR AMORIM** que, saudando a todos, diz que o Ministério Público está a disposição de todos aqueles que buscarem esta Instituição para qualquer orientação sobre a querela das demarcações de

terras que acontecem não apenas em Palmeira dos Índios, mas em várias localidades do país e ressaltou a complexidade destes processos que colocam pessoas com interesses diferentes e que no fim se busca um denominador comum para resolver esta celeuma. Que, encerrando sua fala, diz ainda há um caminho muito longo a seguir e que não adiantará de nada acirrar ânimos no momento, já que ainda faltará no fim a decisão do Presidente da República.

O Prefeito passa a palavra para o cerimonial que faz o registro de outras autoridades presentes à Audiência Pública.

O Prefeito passa a palavra para o **CACIQUE MANOEL CELESTINO**, representante das comunidades indígenas que, cumprimentando a todos traz uma abordagem histórica sobre os aldeamentos de Palmeira dos Índios e da luta indígena pelo recolhimento dos povos indígenas de Palmeira dos Índios e que não foram extintos. Retificando o Procurador Everaldo Damiano que nos anos 50 foi oficializado o primeiro Posto Indígena de Palmeira dos Índios, com a indenização da terra de Fazenda Canto e que o Sr. Juca Sampaio foi um parceiro dos povos indígenas. Lembrou da memória de saudoso pai que lutou pela oficialização das terras indígenas, principalmente com luta por uma escola para a comunidade. Citando alguns proprietários que tiveram suas propriedades compradas pela FUNAI, com valores acima do mercado, valorizando em até três vezes o valor inicialmente requerido. Que há invasões em algumas propriedades, mas que há abertura para negociações de boa-fé, juntamente com advogados defensores dos Direitos Humanos.

O Prefeito passa a palavra para o **EX-DEPUTADO EDVAL GAIA** que, cumprimento a mesa e a todos os presentes, parabeniza a fala do Cacique Celestino e o elogia dizendo que se as lideranças indígenas agissem como ele não haveriam os possíveis conflitos existentes. Ressalta ainda que como Deputado Estadual procurou diversos órgãos na tentativa de solucionar o problema da demarcação de 7 mil ha, através da negociação e compra de 3 mil ha, mas estes órgãos, principalmente a FUNAI, não aceitou essa negociação e queriam apenas a demarcação dos 7 mil ha, mas que, mesmo assim, essa busca de solução atravancou a celeridade da demarcação. Teceu ainda uma crítica ao cartório do Município que recebeu a publicação do CNJ em junho de 2018 e que deveria ter buscado, através de um diálogo com órgãos e autoridades o teor da nota, pois depois do conhecimento da mesmo identificou-se que não era cabível a determinação, pois não há homologação da demarcação e que a ordem emitida ao cartório só poderia ser cumprida após a homologação com a indenização paga pelo valor da terra aos proprietários e que, no processo de demarcação, há diversos vícios. Encerrando sua fala, apela ao Prefeito do Município para formar uma frente de autoridades eleitas ou não para resolver a celeuma, preservando indígenas e população não indígena de Palmeira dos Índios.

O Prefeito passa a palavra para o **PRESIDENTE DA 3ª SUBSEÇÃO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, DR. MARCUS RIBEIRO** que cumprimentando a mesa e demais autoridades, assim como a população presente, coloca a OAB, como Instituição, como colaborada para acompanhar o presente processo de demarcação, através das diversas comissões que integram a entidade. Falou sobre a criação acerca da celeuma que envolve a demarcação de terra, mas que identificou-se que não há fundamento para o cancelamento dos registros de propriedade já que não há homologação da demarcação e que, colocando a OAB à disposição, afirma que a OAB não tem lado, que o lado da OAB é o direito e a justiça.

O Prefeito passa a palavra para a **SRA. FRANCISCA FERRO**, como proprietária de uma propriedade que está dentro da área a ser demarcada, mostrando documentos de registro de imóveis que demonstram sua propriedade desde 1876. Que sua terra foi adquirida há aproximadamente 140 anos e que, não discutindo o direito indígena, mas que também tem seus direitos de propriedade. Que entre sua família e as pessoas região onde está localizada sua propriedade não há conflitos com os povos indígenas e que, aqueles que queiram vender suas propriedades que o façam, mas que aqueles que desejem permanecer em suas propriedades sejam lá mantidas. Encerra sua fala dizendo que espera que as autoridades resolvam este problema de demarcação.

O Prefeito passa a palavra para o **SR. LÚCIO MEDEIROS**, que cumprimentando todos os presentes afirma que é proprietário de terras em Palmeira dos Índios, na localidade de Serra da Boa Vista, que são terras produtivas e que todos devem lutar por seus direitos. Ressalta ainda que é vizinho de terras indígenas que com estes mantém boa relação, mas que as demarcações poderá prejudicar o Município, o que impede inclusive a aquisição de novas propriedades e desvaloriza as propriedades. Encerra sua fala requerendo uma solução pacífica para a celeuma que envolvem essas demarcações.

O Prefeito, passando a palavra para o Sr. Antônio Celestino, representante dos povos indígenas que agradecendo a oportunidade de fazer uso da palavra e emocionado fala sobre o genocídio sofrido por seu povo e que traz em seu corpo as cicatrizes desse genocídio. Tecendo palavras às autoridades políticas e ao Poder Judiciário e que apenas o Poder Judiciário pode resolver este problema de demarcação. Encerra suas palavras agradecendo a todos que contribuíram para que os povos indígenas pudessem ser ouvidos na busca de solução de qualquer conflito, pois os Índios não são invasores, buscam apenas seus direitos.

O Prefeito passa a palavra para o **JUIZ DE DIREITO E REPRESENTANDO O DESEMBARGADOR CORREGEDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS FERNANDO TOURINHO, DR. GENEIR MARQUES** que, saudando a mesa e a todos os presentes, registra que o assunto sobre a demarcação das terras de palmeira dos índios está sendo tratado de forma técnica e que já foi encaminhado expediente ao Corregedor Geral de Justiça que realizará um procedimento administrativo e que as portas do Judiciário estão abertas, sem distinção. Que a determinação do CNJ obedece todos os requisitos técnicos e que esta determinação é de cunho geral e que o Poder Judiciário terá toda cautela para o acompanhamento do processo e que todos aqueles que também quiserem acompanhar sintam-se a vontade para fazê-lo. Ressalta que seu papel é acalmar a todos e que não há necessidade de pânico, pois todos os procedimentos estão sendo realizados de forma técnica e através de mecanismos transparência. Encerra sua fala dizendo que todos tem direito a voz, expondo seus argumentos e contra-argumentos, que sai desta audiência enriquecido de conhecimento sobre a história da cidade e do problema com demarcação e se coloca a disposição de todos.

O Prefeito passa a palavra para o **VEREADOR FABIANO GOMES**, que saudando a mesa e dos mais presentes que ressalta a importância da audiência para se aproximar as partes envolvidas para, através do diálogo, buscar uma solução e que, agora a população poderá ficar mais calma até que o processo chegue até o fim com a homologação do Presidente da República.

Após a fala do vereador Fabiano Gomes, o Prefeito ressalta a importância da busca de diálogo trazida pelo Vereador.

Passa a palavra ao **VEREADOR CRISTIANO RAMOS** que, saúda a todos os presentes, ratifica os posicionamentos anteriores de que não há posseiros de terras em Palmeira dos Índios e sim proprietários, que sua família inclusive é proprietário de terras desde o início do século XX. Que, inclusive, Sebastião Ramos, pai de Graciliano Ramos era proprietário de terras que até hoje pertencem a sua família e que luta para que estas demarcações não vão adiante e que o Presidente já deu declaração de que não haverão mais demarcações.

O Prefeito Júlio Cezar registra a presença do Ex-Prefeito James Ribeiro e o convida para integrar a mesa, ressaltando o papel do Ex-Prefeito quando gestor do Município na busca de solução pacífica entre as partes.

Em seguida o Prefeito passa a palavra para o **VEREADOR PEDRINHO GAIA**, que cumprimenta a mesa e agradece ao Prefeito Júlio Cezar pela realização da presente audiência, tece suas palavras no sentido que não se pode viver em um clima de guerra e preocupação, pois não há fatos ainda suficientes para se temer já que não há, como ficou demonstrado, sequer homologação da demarcação.

A próxima a fazer o uso da palavra é a **VEREADORA JOELMA TOLEDO** que, cumprimentando a todos os presentes, ressalta que os esclarecimentos jurídicos e históricos trazidos foram de suma importância para que pudessem entender os aspectos que permeiam o processo de demarcação e trazer à baliza do conhecimento de todos que a demarcação ainda não está homologada.

O Prefeito passa a palavra para o **SECRETÁRIO MUNICIPAL MARCOS BEZERRA** que, falando em nome do CREA, colocando este Conselho profissional à disposição.

Seguindo, a palavra foi dada ao **VEREADOR MAXUELL FEITOZA** que, cumprimenta a todos e parabeniza o Prefeito pela realização da Audiência e ressalta a que esta causa da demarcação de terras deve estar em consonância com a lei. Que devem ser resguardados os direitos dos indígenas, mas também das famílias proprietárias e que sobrevivem destas terras. Assenta a falta de homologação e que não há a garantia de que esta será realizada e, que não havendo esta homologação, não há porque se impedir a transmissão das mesmas.

O Prefeito, em seguida encerra as inscrições com os três últimos oradores, Ex-Prefeito James Ribeiro, Vereadora Adelaide França e o Sr. Cortêz.

Fazendo uso da palavra o **EX-PREFEITO JAMES RIBEIRO**, se colocando na condição de proprietário das terras que tiveram suas escrituras canceladas pelo cartório, louvando a iniciativa do Prefeito em realizar a audiência pública para a solução da celeuma das demarcações e afastando qualquer lado político, assevera que para defender a cidade é necessário que todos estejam do mesmo lado. Como proprietário faz a defesa de sua propriedade e propriedade de sua família e, todos os presentes e proprietários devem sair daqui aliviados e que o equívoco do Cartório acabou gerando inquietação e que, como não há homologação da demarcação, não há demarcação. Ressalta que não é contra os povos indígenas, mas que não é posseiro e sim proprietário. Encerra sua fala dizendo que é necessário garantir as famílias donas de minifúndios sem terras e que esta cidade se torne uma cidade

de sem terras, se dizendo contra a demarcação de terras, mas não contra os direitos dos indígenas, pois tanto índios quanto proprietários estão assentados.

Como penúltimo orador, o **SR. CORTÊZ**, produtor e proprietário de terra, apela pela solução do problema com demarcação das terras indígenas, ressaltando que é um problema do Município de Palmeira dos Índios, não apenas dos índios ou dos proprietários de terras.

A última oradora, **VEREADORA ADELAIDE FRANÇA**, cumprimentando a todos, ratifica as palavras do Presidente Marcus Ribeiro, com a ressalva da expressão “chover no molhando” ao tratar da importância desta Audiência para que a população possa se tranquilizar, como sai tranquila daqui, pelo esclarecimento dado nesta audiência. Sai tranquila porque agora sabe que a indenização será pelo valor da propriedade e não das benfeitorias e que no fim, aguarda-se ainda a homologação presidencial. Finaliza sua fala ressaltando a importância de que os políticos de Palmeira se unam para a busca de uma solução, sempre pacífica, para o problema das demarcações, através de uma comissão mista.

Fazendo uso da palavra, o **PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES AGENOR LEÔNCIO**, fala sobre a importância da audiência, fazendo com que esta celebração envolvendo as demarcações de terra se torne algo realmente democrático e que, como representantes do povo nesta casa, coloca-se a disposição do povo e que a Câmara está de portas abertas.

Encerrando a audiência, o **PREFEITO JÚLIO CEZAR**, ressalta que todas as sugestões e requerimentos apresentados pelos oradores foram acatadas pelo Poder Executivo no sentido de formar um grupo permanente de acompanhamento, com a participação de vários órgãos e entidades. Agendar reuniões com as três corregedorias, articulação com a classe política em Brasília e no Estado, além do Poder Judiciário para resolver qualquer impasse na busca de uma solução pacífica.

Às 12h00 foi dada por encerrada a presente audiência, pelo Prefeito Municipal que presidiu os trabalhos.

Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata pela Secretaria Municipal de Planejamento, que foi lida para todos os presentes e seguirá anexa a lista de frequência de todos os presentes, para fins de registro.

